



MEIO AMBIENTE

Recuo no desmate da Amazônia e do Cerrado

Comparação entre maio de 2026 e 2025 mostra redução de 61,4% na maior floresta tropical do planeta e de 12,2%, na savana brasileira. Governo rebaterá com esses dados o argumento dos EUA para impor novo tarifaço às exportações

» RAFAELA BOMFIM*

Números que justificam os resultados

A Amazônia Legal e o Cerrado obtiveram em maio a maior redução no desmatamento observada para o mês, desde o início da série histórica do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Na maior floresta tropical do planeta, houve uma retração de 61,4% em comparação com maio do ano passado. No caso do Cerrado, o recuo também foi expressivo: 12,2% no confronto entre os períodos deste ano e de 2025.

Os números foram divulgados ontem, na visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Observatório Regional Amazônico da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em Brasília (veja infográfico). O governo apresentará esses dados às autoridades norte-americanas para rebater as acusações de que o Brasil não combate o desmatamento — justificativa utilizada pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) para, no início deste mês, propor uma tarifa adicional de 25% sobre as exportações brasileiras.

“Vamos ter que pegar esses dados e mandar para o cidadão do comércio dos Estados Unidos, que coloca a questão do desmatamento como justificativa para punir o Brasil com uma taxa maior, e vamos comparar o que acontece no Brasil com o que acontece nos Estados Unidos”, disse Lula, referindo-se a Jamieson Greer, que está à frente do USTR e propôs o novo tarifaço.

O levantamento mostra que a área sob alerta de desmatamento passou dos 960km², registrados em maio de 2025, para 370km², no mesmo mês deste ano. É, também, a maior redução em valores absolutos para o período.

As informações produzidas pelo Deter são utilizadas para orientar operações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O sistema funciona com alertas diários e permite que equipes de campo alcancem as áreas identificadas por imagens de satélite.

Segundo o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, tal resultado é um marco, pois maio historicamente marca o início da estação seca na Amazônia, período em que os índices de desmatamento crescem. Ele afirmou que a atuação integrada dos órgãos ambientais e o acompanhamento permanente das áreas monitoradas contribuíram para a redução.

No acumulado entre agosto de 2025 e maio de 2026, os alertas de desmatamento na Amazônia totalizaram 2.189km². O volume representa queda de 37,5% em relação ao período entre agosto de 2024 e maio de 2025. Trata-se do menor valor da série histórica, iniciada em 2016.

A expectativa é de que a taxa anual consolidada pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), cujo ciclo se encerra em 31 de julho, apresente o menor resultado já observado. O sistema Prodes é responsável pelo cálculo oficial da taxa anual de desmatamento, enquanto o Deter

MAIOR QUEDA JÁ REGISTRADA EM MAIO NA AMAZÔNIA

- A área sob alerta caiu de **960 km²**, em maio de 2025, para **370 km²**, em maio de 2026.
- A redução foi de **61,4%**, a maior da série histórica para o mês.

MENOR ÍNDICE DOS ÚLTIMOS 10 MESES

- Entre agosto de 2025 e maio de 2026, foram registrados **2.189 km²** sob alerta na Amazônia.
- O volume representa queda de **37,5%** em comparação com o ciclo anterior.
- É o menor resultado da série histórica iniciada em 2016.

CERRADO TAMBÉM APRESENTOU RETRAÇÃO

- Em maio de 2026, a redução foi de **12,2%**.
- Nos últimos 10 meses, o recuo acumulado chegou a **8,2%**.
- A área sob alerta no período foi de **4.208 km²**.

DISTRIBUIÇÃO DOS ALERTAS NA AMAZÔNIA

- **37,1%** ocorreram em propriedades regularizadas.
- **21,3%** foram registrados em florestas públicas.
- **17,4%** atingiram áreas sem cadastro fundiário, consideradas ilegais.

FISCALIZAÇÃO AMPLIADA EM 2025

- Ibama aumentou em **19%** os embargos e em **15%** os autos de infração.
- ICMBio ampliou em **24%** os autos de infração e em **33%** as áreas embargadas.
- Unidades de conservação federais da Amazônia tiveram redução de **31%** de desmatamento.

INVESTIMENTOS E PROGRAMAS

- O Eco Invest Brasil aplicou **R\$ 140 bilhões** desde 2023.
- O Fundo Amazônia concentrou **57%** das aprovações e contratações entre 2023 e 2026.
- Bolsa Verde atende a **72,2 mil** famílias em **125 municípios** e **463 unidades** de conservação e assentamentos.
- Mais de **R\$ 318 milhões** foram pagos aos beneficiários.

ESTRUTURA DE COMBATE AOS INCÊNDIOS

- **240** brigadas federais.
- **4.410** brigadistas.
- **19** helicópteros.
- **18** aviões lança-água.
- **27** veículos especiais.

META DO GOVERNO FEDERAL

- Eliminar o desmatamento até 2030.
- Manter a redução dos índices via fiscalização, monitoramento por satélite, controle do crédito rural e investimentos em conservação ambiental.



Ricardo Stuckert/PR



Capobianco lembrou que maio inicia a estação seca da Amazônia. Daí porque resultado do mês ser um marco

é utilizado para emissão de alertas em tempo real.

Ao comentar os resultados, Capobianco afirmou que os números demonstram que as políticas de controle ambiental vêm produzindo efeitos. Ele ressaltou que os investimentos em fiscalização, monitoramento e fortalecimento do serviço público são fatores que contribuíram para a redução dos índices.

Entre os alertas registrados na

Amazônia Legal, 37,1% ocorreram em áreas regularizadas. Pelo Código Florestal, propriedades privadas localizadas na região podem utilizar até 20% da área total. Outros 21,3% dos alertas foram identificados em florestas públicas.

As áreas sem cadastro fundiário responderam por 17,4% das ocorrências registradas pelo Deter. Esses casos são classificados como ilegais e representam um dos

principais desafios para os órgãos responsáveis pelo combate às atividades irregulares.

Berço das águas

Em relação ao Cerrado, o levantamento também mostrou tendência de diminuição da devastação. A área detectada ficou em 777km². Considerando o intervalo entre agosto de 2025 e maio deste

ano, a retração no bioma chegou a 8,2%. No período, foram identificados 4.208km² sob alerta de desmatamento.

No Cerrado, 73,4% das ocorrências foram verificadas em propriedades privadas regularizadas. Pela lei, é permitida a utilização de até 65% da área em determinadas regiões do bioma, desde que sejam observadas as exigências legais.

Os dados apresentados pelo Inpe indicam que a maior parte das intervenções registradas no Cerrado está relacionada a áreas de uso autorizado. Mesmo assim, os órgãos ambientais mantêm o monitoramento do bioma. O coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas do Inpe, Cláudio Aparecido Almeida, destacou que a redução nos últimos 10 meses representa o menor valor da série histórica para a Amazônia.

As ações de combate à devastação foram reorganizadas a partir de 2023, com a implementação dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento em todos os biomas. Ibama e ICMBio intensificaram operações em parceria com a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e outras instituições.

Nos municípios prioritários do programa União com Municípios, a redução acumulada do desmatamento alcançou 65,5% entre 2022 e 2025. As cidades contempladas concentram parte significativa dos focos de destruição da cobertura vegetal.



Vamos pegar esses dados e mandar para o cidadão do comércio dos EUA (Jamieson Greer, que está à frente do USTR e propôs o tarifaço), que coloca o desmatamento como justificativa para punir o Brasil”

Presidente Lula

Caatinga preservada

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a lei que institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga. O texto é de autoria da ex-senadora Janaína Farias (CE), com apoio técnico do Instituto Escolhas.

A nova lei prevê a ampliação da produção sustentável de alimentos no bioma, a garantia da segurança hídrica, da melhoria da qualidade e da disponibilidade da água e o estímulo à bioeconomia e ao manejo florestal sustentável. Entre os princípios que orientam essa política estão a sustentabilidade ambiental, a conservação da biodiversidade, a participação e o engajamento social, a integração de políticas setoriais e a cooperação entre diferentes níveis de governo, setor privado, organizações não governamentais e instituições de pesquisa.

A lei também determina a implementação de planos de ação de combate à desertificação, de prevenção e controle do desmatamento e de recuperação da vegetação nativa. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Caatinga representa cerca de 10% de todo o território brasileiro — mais de 860 mil km². A extensão do bioma equivale ao território da Alemanha ou da Itália.

Para o diretor-executivo do Instituto Escolhas, Sérgio Leitão, a lei representa um grande avanço para a preservação e a recuperação do bioma. “É uma política de Estado cuja realização e os recursos necessários para sua execução passam a ter previsibilidade. É algo que precisa atravessar governos, porque não dá para resolver esse problema em um único mandato. São vários ciclos de governos que precisam estar orientados por uma obrigação prevista em lei”, observou.

Ele chamou a atenção para o esquecimento histórico da Região Nordeste e, por consequência, da Caatinga. “A Caatinga sempre recebeu ser apenas um problema relacionado à seca, como se não fosse fundamental para algo sobre o qual precisamos falar muito mais. É a Caatinga que garante água para o abastecimento das principais capitais nordestinas”, salientou.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi